

## **Ata do Conselho Municipal de Juventude**

**Dia 14 de novembro de 2024**

Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e quarenta e dois minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, sito na Praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, teve início a Sétima Sessão do Conselho Municipal de Juventude - doravante CMJ - de Setúbal, sob a presidência do Vereador dos Pelouros de Desporto, Cultura, Juventude, Direitos Sociais e Saúde, Mercados e Feiras, Pedro Pina. Além dos e das conselheiros e conselheiras presentes, a Sessão contou também com a presença do Chefe de Divisão da Juventude da Câmara Municipal de Setúbal, Vasco Caleira e do Técnico de Juventude que organiza e acompanha o Plenário, Manuel Seatra.

Estiveram presentes os/as seguintes conselheiros/as:

Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal - Ivan Svac

Bloco de Esquerda - Vitor Rosa

EsTuna - João Rosado (em substituição de Diogo Barreiras)

Iniciativa Liberal - Flávio Lança

Juventude da Iniciativa Liberal - Ricardo Filipe

Juventude do Bloco de Esquerda - Ruben Fernandes

Juventude Popular - Henrique Cardoso (em substituição de João Conde)

Juventude Social Democrata - João Blasco (em substituição de Pedro Marques)

Partido Social Democrata - Francisco Cabral (em substituição de Paula Soeiro)

Partido Socialista - Eunice Pratas

Tuna Sadina - Joana Costa

Tuna SemperT'unos - Catarina Loureiro (em substituição de Matilde Lagido)

Youth4Change - João Brás

Estiveram ausentes os/as seguintes conselheiros/as:

Associação Cultural Novas Ideias - Fernando Cruz

Associação dos Escoteiros de Portugal - João Fidalgo

Associação de Jovens Formula Student IPS - Leonardo Braz

Chega - Sem conselheiro/a apontado/a

Coligação Democrática Unitária - Simão Calixto (falta justificada)

Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico - Sem conselheiro/a apontado/a

Instituto Português do Desporto e da Juventude DRLVT - Sem conselheiro/a apontado/a (falta justificada)

Juventude do Chega - Sem conselheiro/a apontado/a

Juventude Comunista - José Faya

Juventude Socialista - Margarida Marques

Partido Pessoas Animais e Natureza - Sem conselheiro/a apontado/a (falta justificada)

#### I - Período Antes da Ordem do Dia

Aberto o Período Antes da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa do CMJ, Pedro Pina, principia cumprimentando os conselheiros e as conselheiras presentes (passando pela presença dos supramencionados elementos substitutos<sup>1</sup>), apresentando os quatro pontos da

Ordem do Dia:

1. Informações;
2. Contributos para um melhor funcionamento do CMJ de Setúbal<sup>2</sup>;
3. Apresentação das propostas dos/as Conselheiros/as para o Plano de Atividades da Divisão de Juventude 2025;
4. Outros assuntos.

Passa-se à apreciação do Projeto de Ata n.º 6/2024. O Presidente da Mesa coloca o documento à consideração do Plenário. O conselheiro João Brás alerta para uma correção

---

<sup>1</sup> Consultar Página Um

<sup>2</sup> Decorrente da sugestão elencada na Página Vinte e Dois da Ata de três de outubro de dois mil e vinte e quatro

que fez chegar por correio eletrónico - um lapso na redação do nome da sua Associação "Youth4Change", a que faltava a letra "n" no último parágrafo da Página Dois. Vasco Caleira e o Técnico de Juventude Manuel Seatra confirmam que o mesmo já foi corrigido.

Com o acrescento da supra referida correção, o documento do Projeto de Ata n.º 6/2024 - Reunião Ordinária de três de outubro de dois mil e vinte e quatro - é colocado, pelo Presidente da Mesa, à votação do CMJ;

aprovado por unanimidade.

Passa-se a palavra ao Chefe da Divisão de Juventude, Vasco Caleira que lembra que deverá ter chegado aos conselheiros, na passada sexta-feira, dia oito de novembro, uma mensagem de correio eletrónico com um convite a participar na Formação "*Local Youth Councils for Quality Local Democracies*" - a ter lugar de nove a quinze de dezembro, no Centro de Juventude, em Lisboa.

A Dypall Network, promotora da *Winter Democracy Academy* (iniciativa em que se insere a referida Formação), abriu a participação a um membro jovem do Conselho Municipal de Juventude de Setúbal e a inscrição tem por data limite o dia quinze de novembro.

Resumindo os trâmites da Formação "*Local Youth Councils for Quality Local Democracies*", passa a citar-se parte do *email* enviado:

*"Durante a formação, os participantes terão a oportunidade de:*

- Desenvolver competências, enquanto líderes juvenis nos Conselhos Municipais de Juventude;*
- Explorar ferramentas e metodologias, que fomentem o fortalecimento da participação jovem;*
- Ampliar a rede de contactos e de colaborações com técnicos de juventude e com líderes juvenis, tanto dentro como fora da União Europeia, de modo a promover a partilha de boas práticas e experiências.*

*Para participar, deverão preencher os seguintes requisitos:*

- Estar diretamente ligados ao Conselho Municipal de Juventude (ou a uma estrutura análoga) do respetivo município;*
- Ter disponibilidade para participar na totalidade do evento;*
- Possuir capacidade para comunicar e trabalhar em Inglês.*

*Consideramos esta uma excelente oportunidade para a promoção de democracias inclusivas e para fomentar o desenvolvimento dos/as jovens, enquanto agentes ativos das suas comunidades.”*

Pedro Pina reforça que o que é pedido pela Dypall Network é a presença de um jovem conselheiro e não, por exemplo, a de um técnico municipal que acompanha o CMJ, por função de auscultar o Plenário sobre o eventual interesse de algum dos seus membros.

O conselheiro Francisco Cabral indaga se, no caso de não haver registos de interesse no Plenário, o convite poderá ser aberto a qualquer dirigente associativo. Vasco Caleira lembra o supracitado primeiro requisito “[Para participar deverão] *Estar diretamente ligados ao Conselho Municipal de Juventude (ou a uma estrutura análoga) do respetivo município*” e o prazo de inscrição a terminar já no dia quinze de novembro (o dia a seguir à presente Sessão).

O conselheiro João Brás informa que estará envolvido no evento em questão, enquanto um dos envolvidos na organização, nos dias nove e dez de dezembro, disponibilizando-se a prolongar a sua estadia, caso ninguém se voluntarie. O Presidente da Mesa cita o segundo requisito [*“Ter disponibilidade para participar na totalidade do evento”*] que, para um envolvido na organização poderá representar uma dificuldade no compromisso representativo em duas frentes (Dypall Network e CMJ).

Nenhum conselheiro se voluntariou para integrar o evento e participar na atividade.

## II - Ordem do Dia

### 1. Informações.

Entra-se na Ordem do Dia com Vasco Caleira a tomar a palavra no sentido de listar algumas informações:

- O Município, representado na pessoa do Chefe da Divisão de Juventude, marcará presença no Fórum *“Democomp - Pontes para a Democracia”*. Um Encontro promovido pela FNAJ (Federação Nacional das Associações Juvenis) que terá lugar na Covilhã, no dia quinze de novembro, certame que irá juntar cerca de 200 jovens, dirigentes, técnicos e decisores políticos de todo o país. Serão debatidos documentos fundamentais em Políticas de Juventude e de Cidadania, haverá espaço também à partilha de boas práticas, de âmbito nacional e europeu, com o objetivo de criar uma *framework* de Participação Democrática que identifique as suas componentes-chave, com uma comunicação apelativa e infográfica de competências democráticas, tornando-

se uma ferramenta relevante para a Juventude, na qual os jovens estarão no centro dos debates e na execução do Projeto.

Elencam-se as próximas Atividades de Saúde Mental em agenda direta com as juventudes, enquadradas no Âmbito da Operação Integrada Local - Programa de Recuperação e Resiliência:

- Sexta-feira, dia quinze de novembro, 3 Sessões da Atividade  
“Atualmente, a tua mente atua ou mente?”  
*Escola Secundária du Bocage*
- Sábado, dia trinta de novembro, às 10h30  
“Plano A” – 1 Sessão relativa ao tema dos exames, testes e provas, e como lidar com a ansiedade nestes momentos  
*Casa do Largo*
- Sábado, vinte e cinco de janeiro, às 10h30  
O Regresso do Bicho de 7 Cabeças (frequência quinzenal)  
*Casa do Largo*

Há ainda a acrescentar que, no dia dezanove de novembro, terá lugar a primeira reunião com a Entidade que fará o acompanhamento da Estratégia Municipal de Juventude (Quatenaire). Quando estiver apurada, será devolvida ao Plenário informação mais concreta sobre a operacionalização e o início dos trabalhos conjuntos.

Está a decorrer, desde o dia seis de novembro, um conjunto de Oficinas Colaborativas com uma turma de décimo segundo ano do Curso Profissional de Ação Educativa da Escola Lima de Freitas – TAUS COM HISTÓRIAS. Aqui o propósito ramifica-se em dois:

- a) através de métodos de educação não-formal, a capacitação e produção conjunta de um recurso artístico para crianças que dê a conhecer a História e as histórias do território trabalhado;

b) o envolvimento na construção de um Núcleo de Arte Urbana, pela valorização do património e dos bairros envolventes (Bairro do Grito do Povo, Bairro dos Pescadores, Casal das Figueiras e Viso).

- No sábado passado, dia nove de novembro, decorreu o evento de apresentação oficial do Projeto TAUS A CÉU ABERTO. Um Projeto de participação comunitária que pretende criar um Núcleo de Arte Urbana no território da Anunciada com a recolha de memórias e identidades locais dos seus moradores, através de um processo colaborativo. Dinamizado pela Associação Faísca Voadora, há o compromisso da concretização de cinco expressões de arte urbana com enfoque em técnicas diferentes e sublinhando o envolvimento dos moradores nas temáticas e na produção.

- Atividade inserida na candidatura “Sem âncoras” - Operação Integrada Local da União de Freguesias de Setúbal.

Pedro Pina ausculta o Plenário, procurando intervenções a respeito da apresentação do Ponto Um da Ordem do Dia. O conselheiro Francisco Cabral pergunta onde teve lugar a abertura oficial do TAUS A CÉU ABERTO. Vasco Caleira responde que a inauguração teve lugar no Jardim do Grito dos Pescadores (espaço de ligação e confluência do Bairro dos Pescadores e do Bairro do Grito do Povo).

## 2. Contributos para um melhor funcionamento do CMJ de Setúbal.

O Presidente da Mesa principia recordando que a execução do Ponto Dois da Ordem do Dia é resultante da Sessão anterior do CMJ<sup>3</sup>. Foi sugerido que as propostas e sugestões vindas no sentido de melhorar o funcionamento do CMJ pudessem transitar para a Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de catorze de novembro, havendo mais tempo e capacidade de enquadrar e discutir as propostas e sugestões que surjam.

O documento PDF intitulado “Recomendação Reformulação funcionamento CMJ - JSD”<sup>4</sup>, enviado pelo Presidente da Juventude Social Democrata, Francisco Cabral, seguiu para o Conselho e Técnicos de Juventude que acompanham o CMJ por correio eletrónico no próprio dia catorze de novembro pelas dezassete horas e vinte e nove minutos. Foram

---

<sup>3</sup> «O Plenário foi oficialmente encerrado pelas dezanove horas e quatro minutos com uma última intervenção de Pedro Pina que, através da intervenção anterior, sugeriu registar-se como Ponto a abrir a Ordem de Trabalhos da próxima Sessão: “Contributos para o melhor funcionamento do Conselho Municipal de Juventude”» (Página Vinte e Dois da Ata n.º 6/2024 - Reunião Ordinária de três de outubro de dois mil e vinte e quatro)

<sup>4</sup> Anexo Um da presente Ata

impressas e distribuídas cópias do documento pelos conselheiros presentes. Pedro Pina solicita a Francisco Cabral que faça uma síntese da Recomendação, a fim de abrir a discussão em torno da mesma.

O conselheiro Francisco Cabral começa por cumprimentar o Plenário e vinca que o pretendido através da Recomendação apresentada é tornar o CMJ um espaço mais aberto à participação dos jovens. Passa à citação dos três pontos que, a seu ver, sumarizam a intenção de criar dinamismo:

- 1) [Recomenda-se que] “As reuniões do CMJ devem ser descentralizadas, privilegiando a realização dessas sessões em instituições das organizações que compõem o conselho ou em espaços de grande relevância para os jovens, como escolas e centros de juventude. Durante essas reuniões, deverá ser igualmente promovido um momento de visita ou apresentação da instituição/local em questão, permitindo uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido.”
- 2) [Recomenda-se que] “Sejam promovidas visitas autónomas às infraestruturas dedicadas à juventude da cidade, com o intuito de conhecer diretamente os serviços disponíveis e as condições oferecidas aos jovens.”
- 3) [Recomenda-se] “A criação de grupos de trabalho temáticos, compostos por jovens e representantes das diversas organizações, para debater e refletir sobre as principais problemáticas da juventude em Setúbal, contribuindo para a construção de soluções concretas e adaptadas à realidade local.”

O conselheiro Vítor Rosa declara que acompanha a JSD na sua Recomendação, fazendo reparar que esta poderá colidir com a Proposta Quatro da Youth4Change (das catorze submetidas) - que se prende com a hipótese de transmissão *online* das Sessões do CMJ - no caso de haver entidades cujos espaços não estejam munidos de condições técnico-logísticas para o efeito ou mesmo que não pretendam que assim se faça, é uma barreira que pode advir da proposta descentralização (Ponto Um da Recomendação da JSD). Vítor Rosa indica que é um fator a ter em conta quando se analisarem as propostas submetidas pelo conselheiro João Brás.

João Brás aponta que, na sua ótica, a proposta das transmissões *online* deverá ser encarada como um serviço complementar, na lógica de prestar uma alternativa a conselheiros que justifiquem adequadamente a impossibilidade de comparência presencial.

Flávio Lança presta o seu voto de concordância com a Recomendação apresentada por Francisco Cabral, considerando que a descentralização poderá ser uma forma de fazer mais gente chegar ao Conselho Municipal de Juventude e vice-versa.

Pedro Pina responde ponto a ponto:

- A propósito da descentralização, menciona que é uma intenção, ainda assim faz notar que os ambientes formais (como a Sala de Sessões dos Paços do Concelho) têm como vantagem a aplicação do mesmo contexto onde decorrem outros Conselhos Municipais, evocando o direito de reunir num espaço de relevo e importância equivalente, tanto para a Juventude como para outras Áreas...

Estando disponíveis e de acordo com a descentralização recorda o Plenário que, quando a Sessão Quatro teve lugar no Instituto Politécnico de Setúbal (a de treze de dezembro de dois mil e vinte e três, por sugestão e convite do conselheiro Presidente da Associação Académica do Instituto Politécnico de Setúbal - Ivan Svac), a adesão foi bastante fraca.

Reparando que a descentralização parece ser um ponto de concordância, deixa ao Plenário a ideia de se reunir de quatro em quatro Sessões na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pela questão simbólica, podendo as outras Sessões decorrer em espaços sugeridos pelos conselheiros (com a devida antecedência e intenção de compatibilizar com as agendas dos mesmos, sobretudo se se pretende também fazer uma visita às instalações sugeridas). Deixa também à consideração do Plenário a elaboração de uma lista prévia com espaços e contextos onde poderá ser interessante reunir.

- Fazendo uma ponte com o primeiro ponto, também num sentido de concordância, o Presidente da Mesa vê potencial na ideia de se integrar uma visita no funcionamento do CMJ descentralizado.

- Quanto aos Grupos de Trabalho, também não vê qualquer constrangimento, a questão aqui poderá ser o compromisso... A experiência que tem, até em outros Conselhos Municipais, é a de verificar que, entre o interesse em ter-se Grupos de Trabalho e a sua implementação, há uma grande dificuldade no sentido de compromisso de quem poderá integrar esses mesmo Grupos. De todo o modo, mostra-se disponível para avançar e acolher esta proposta e totalmente disponível para que este Conselho possa reunir por temas, ao invés dos moldes formais das Ordens de Trabalhos que têm seguido.

Em suma, regista-se total concordância com o documento da Recomendação e as sugestões que nele figuram. Deixando abertura ao proponente da Recomendação (o conselheiro Francisco Cabral) que possa recomendar um espaço onde venha a decorrer a próxima Sessão do Conselho.

Relativamente aos Grupos de Trabalho; deixa-se ao critério do Plenário o elencar de temas e conselheiros que pretendam envolver-se nesses mesmos Grupos de Trabalho para que se possa formalizar a constituição dos mesmos já na próxima Sessão do Conselho Municipal de Juventude.

### 3. Apresentação das propostas dos/as Conselheiros/as para o Plano de Atividades da Divisão de Juventude 2025

Avançando ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Apresentação das propostas dos/as Conselheiros/as para o Plano de Atividades da Divisão de Juventude 2025” e verificando que há Propostas da Youth4Change que também poderiam ainda ser discutidas no Ponto Dois, Pedro Pina sugere que sejam apresentadas todas as catorze Propostas do conselheiro João Brás no Ponto Três, assumindo que algumas ainda partem do mote anterior.

João Brás principia agradecendo a oportunidade de apresentar os documentos que seguiram para todo o Conselho e prossegue para a Proposta Um<sup>5</sup>, intitulada “Inclusão de membro do Conselho Municipal de Juventude no Conselho Municipal de Ambiente”. O Conselheiro revela que identificou o Conselho Municipal de Ambiente como sendo o de maior relevância para integração de um membro que represente o Conselho Municipal de Juventude.

Pedro Pina distingue nesta Proposta uma questão prévia - verificar com o Conselho Municipal de Ambiente qual o entendimento patente no seu funcionamento; comprometendo-se a consultar a Vereadora Carla Guerreiro (que é quem preside o Conselho Municipal de Ambiente), no sentido de perceber a representatividade que prevê e o conjugar da situação. Será devolvida uma resposta a este assunto na próxima Sessão do CMJ.

Seguindo para a Proposta Dois<sup>6</sup>, intitulada “Sensibilização Ambiental”, propõe-se receber, nas escolas, uma bolsa de voluntários-formadores que promovam a educação entre pares.

Francisco Cabral questiona se a proposta passa por idas dos conselheiros às escolas. João Brás responde que passa por criar uma bolsa de formadores que vão às escolas.

Flávio Lança questiona a respeito do propósito desta bolsa. João Brás transmite que o objetivo poderá ser o mesmo do Projeto CTRL+Estudo<sup>7</sup>, permitindo a jovens trazer

---

<sup>5</sup> Anexo Dois

<sup>6</sup> Anexo Três

<sup>7</sup> Um Programa de apoio ao estudo, de cariz voluntário que decorre na Casa do Largo

conhecimento de uns a outros, não pelo apoio ao estudo mas por matérias em formato extracurricular como o Ambiente.

Pedro Pina ressalva que há um garante fundamental

- a Proposta Dois parte de um pressuposto de que há uma preocupação comum com as questões da sustentabilidade e as alterações climáticas, no entanto, como é sabido, não há uma consensualidade a este respeito - constituindo uma bolsa de voluntários-formadores para ir às escolas com o carimbo da Câmara Municipal, teremos de estar muito bem munidos e conscientes de quem presta este serviço. Tem de haver um entendimento de qual é a mensagem que se quer passar para as escolas. Antes sequer de ser constituída uma bolsa com o intuito apresentado, é importante pensar-se os pressupostos do que se quer fazer e como executar e depois perceber até se o modelo passará ou não por voluntários.

Há um histórico de trabalhos relevantes do Município em parceria sobre a Sensibilização Ambiental, nomeadamente algumas ações de recolha de beatas com a Associação de Ambiente Feel4Planet e, mais recentemente, tem havido todos os Verões o Conscientemente. Poderá fazer-se a ponte com o Conselho Municipal de Ambiente, faz todo o sentido que a Câmara Municipal seja coerente no seu *modus operandi* relativamente a estas matérias.

Vitor Rosa sugere a criação de um Grupo de Trabalho que aprofunde as propostas apresentadas e que se dedique à temática do Ambiente.

Flávio Lança indica a importância de verificar a receptividade das entidades que recebam a bolsa, auscultando-lhes previamente as necessidades temáticas.

Seguindo para a Proposta Três<sup>8</sup>, intitulada “CMJ Híbrido”, João Brás propõe Sessões *online* e presenciais em simultâneo (híbridas). Pedro Pina recorda que, dada a formalidade do órgão no que diz respeito aos procedimentos, é uma matéria que acaba por se interligar com a Proposta Quatro<sup>9</sup> (“Gravação e disponibilização online de reuniões de CMJ”), declarando de seguida o seu total desacordo com as transmissões do Conselho Municipal de Juventude:

- O CMJ é um órgão consultivo formal que não foi eleito democraticamente, decorre de uma figura de decreto-lei e discute matérias dentro de um quadro distinto que difere de uma Câmara Municipal ou de uma Assembleia Municipal. O Presidente da Mesa destaca que as Atas são disponibilizadas *online* e que há vias de transparência patentes nos pontos discutidos em Plenário.

---

<sup>8</sup> Anexo 4

<sup>9</sup> Anexo 5

Francisco Cabral refere que, olhando para a Proposta Quatro num sentido mais lato, poderá considerar-se uma via de divulgação diferente para o CMJ que não passe pelas transmissões *online* mas que possa reunir conclusões e/ou materiais nas redes sociais da Divisão de Juventude e do Município, por exemplo. Pedro Pina mostra-se de acordo.

João Brás destaca que há vários Conselhos Municipais de Juventude que são transmitidos *online*, nomeadamente o de Almada (que inspirou algumas das suas propostas) e refere também que outros municípios o fazem (“cerca de um a cada dez”), nomeadamente no Norte de Portugal.

Tornando a abordar a Proposta Quatro, João Brás reconhece duas limitações capitais: os direitos de imagem (em consonância com o Regulamento Geral de Proteção de Dados) e a disponibilidade de recursos que torne exequível a gravação das Sessões. Considera, ainda assim, que o acesso às Sessões poderá ser uma grande mais-valia para todos os jovens.

Henrique Cardoso intervém propondo que os Observadores se possam autopropor enquanto Observadores Permanentes, tentando colmatar a questão participativa e ampliar o alcance do CMJ a jovens que não estão formalmente organizados nem inscritos no RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis).

O Presidente da Mesa sublinha que essa questão é central dentro das dificuldades do CMJ; evidenciando o cariz altamente limitativo de um Conselho Municipal de Juventude que não faça por incluir maior representatividade, assinalando que, mesmo de um ponto de vista informal, um estatuto de Observador, não deixa de ser “somente um Observador”. Parece-lhe inclusive ser o mote ideal para que o Instituto Português do Desporto e da Juventude e o Ministério da Juventude, repensem e reconfigurem os moldes em que sucedem os CMJs.

Subscrevendo a proposta de Henrique Cardoso, o Vereador Pedro Pina mostra-se totalmente disponível a integrar Observadores que se auto proponham enquanto Observadores Permanentes, desde que assumam as regras de funcionamento do órgão dirigidas a este estatuto, deixando o desafio aos conselheiros João Brás e Henrique Cardoso, de formalizarem a proposta apresentada, podendo fazê-la chegar por *email*.

Abordando a Proposta Cinco<sup>10</sup> (“Recomendação do Trabalho em Escolas”) da Youth4Change, João Brás admite que esta é de cariz mais genérico: criar um mecanismo para acompanhar participantes externos a atividades que estejam a decorrer dentro de escolas, fazendo por não vedar a participação a ninguém.

Vasco Caleira devolve o que disse na Sessão anterior:

«O Chefe da Divisão de Juventude partilhou uma reflexão, partindo do mote: “A juventude tem várias juventudes dentro e é redutor pensá-la como uma massa homogénea.”.

---

<sup>10</sup> Anexo Seis

Poderá, dual e paradoxalmente, representar uma dificuldade e uma oportunidade - é difícil conseguir-se chegar a tanta gente diversa com interesses tão diferentes porque a Juventude não é propriamente uma área de trabalho; é uma faixa que representa uma vasta pluralidade de pessoas. Reflexão que se encadeia e desenvolve nos pontos seguintes:

A adesão é sempre um dos focos maiores levados a discussão quando se pensam as iniciativas a fundo e chegar às juventudes é o maior desejo / desafio nas tentativas de se estreitar a ponte entre o Município e os seus jovens.

No final do ano letivo, para lá do feedback muito positivo às Sessões de Escrita Criativa – Páginas Tantas, o participante mais assíduo, o estudante Ângelo Pereira, venceu o primeiro prémio na categoria Dez – Catorze Anos do Concurso Literário "Jovens Poetas Maria Adelaide Rosado Pinto".»<sup>11</sup>

Acrescenta também que a Divisão de Juventude tenta ter um trabalho regular com todas as escolas do Concelho (que trabalhem dentro das faixas etárias de foco - dos treze aos trinta e cinco anos de idade), pelo menos uma vez por ano letivo. Quando se aborda o “sucesso” não se deverá olhar somente aos índices de participação, dando o exemplo de uma atividade que envolva quatro ou cinco turmas:

- terá números que poderão não ser indicadores de sucesso, sabendo que muitos estudantes estarão ali por se tratar de um contexto de aula... Quando desenvolvemos ações em escola, a ideia passa por, pelo menos no arranque, ter o intuito de mobilizar para fora do contexto escolar; servir aos jovens de ignição, seja em temática cultural, educativa, ambiental, etc.

Habitualmente, no início de cada ano letivo (ou mesmo antes), reunimos com escolas, apresentamos o programa da DiJuv e articulamos conjuntamente o arranque e a implementação de projetos que façam sentido como complemento à oferta formativa. Há sempre uma lógica de parceria e envolvimento de jovens, sejam ou não elementos de Movimento Associativo Juvenil, estejam ou não as suas organizações/entidades/ideias formalmente constituídas.

Flávio Lança, comparando o Regulamento e a Lei CMJ, fica com a ideia que o Regulamento restringe em relação ao que dita a Lei. O Presidente da Mesa lembra que o Regulamento advém de uma Proposta do Partido Socialista e do Partido Social Democrata em sede de Assembleia Municipal.

Flávio Lança propõe, então, que seja elaborado um Parecer solicitando que seja revisto o Regulamento, fazendo por compatibilizá-lo com a Lei em vigor no que concerne ao funcionamento do Conselho. Pedro Pina alerta que, em termos procedimentais, a apresentação de um potencial Parecer já não será exequível no ano civil de dois mil e vinte e

---

<sup>11</sup> Páginas Quinze e Dezasseis da Ata de três de outubro de dois mil e vinte e quatro

quatro - entre formular o documento, levá-lo a Reunião de Câmara e depois a Assembleia Municipal, é um processo demorado mas que fica por bitola e registo, aludindo até que poderá ter nascido nesta comparação (Lei CMJ *versus* Regulamento CMJ) mais um Grupo de Trabalho.

João Brás toma a palavra para prosseguir com a Proposta Seis<sup>12</sup> (“Forms para Fórum Municipal de Juventude”). Começa por ressaltar que considera o Fórum Municipal de Juventude um espaço de intervenção muito mais inclusivo do que o Conselho Municipal de Juventude, julgando até que os dois se complementam e suplementam.

O conselheiro considera também que o *Forms* poderá ser o melhor mecanismo para auscultar os jovens sobre que temáticas quererão ver implementadas no Fórum Municipal de Juventude e que o Conselho poderá ter um papel nessa mesma escolha, indicando temas que figurem lá listados, a partir de contributos do Plenário.

Vítor Rosa atenta que nos pontos dois<sup>13</sup> e quatro<sup>14</sup> se fala em valores diferentes no que concerne às sugestões em lista que partam do Conselho Municipal de Juventude. João Brás reconhece o lapso e explicita que “pelo menos metade” (ponto dois) diz respeito aos temas a trabalhar em sede de Fórum Municipal de Juventude e os “setenta por cento” (ponto quatro) são referentes aos temas que poderão ser listados no *Forms*.

Vítor Rosa duvida se será produtora executar as já elencadas limitações, questionando sobre como será a triagem das temáticas e quem a fará. O conselheiro aponta também ao perigo da hipótese levantada no ponto cinco<sup>15</sup>:

- caso seja outra entidade a realizar o *Forms*, sendo esta sensível com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), crendo que deverá ficar a cargo exclusivo dos Serviços da Câmara, João Brás concorda.

Vasco Caleira refere que os temas do Fórum Municipal de Juventude foram definidos em parceria com o Movimento Associativo Juvenil e com os jovens que participam nas atividades da Divisão de Juventude; a partir daí foi aberto um *Google Forms* e os jovens do Concelho decidiram quais eram os temas em que queriam participar (como aliás apontado na

---

<sup>12</sup> Anexo Sete

<sup>13</sup> “Que do mesmo resulte a escolha de pelo menos metade dos temas.”

<sup>14</sup> “Que 70% das opções de escolha neste provenham de recomendações de CMJ”

<sup>15</sup> “Que seja sugerido, como é poder do CMJ para tal, a CMS, se este *Forms* deve ser realizado pelos serviços municipais, ou se a tarefa deve ser concessionada, nomeadamente a uma associação juvenil ativa no concelho,”

última Sessão<sup>16</sup>). O Chefe de Divisão não vê problema nenhum em fazer-se uma pergunta genérica nas redes sociais e que, a partir daí, possam surgir alguns dos temas.

Flávio Lança diz não ver motivos para indicação de percentagens ou limitações a nível de número de temas em lista. O conselheiro vê a Proposta com agrado mas apresenta dúvidas do ponto de vista da execução, tanto na filtragem como na gestão das expectativas de quem sugere temáticas que possa não ver aprovadas. João Brás admite que os números são meramente indicativos e que, com a soma das intervenções, poderá fazer sentido a eliminação dos valores já que não é algo que considere impeditivo ou que vá contra a ideia inicial.

Seguindo para a Proposta Sete<sup>17</sup>, intitulada “Volta às Escolas”, João Brás resume a proposta com a ideia de trabalhos de divulgação de atividades e ações dirigidas à Juventude nas escolas do Concelho com vista à promoção e angariação de públicos junto dos estudantes.

Vasco Caleira indica que não vê problema em executar visitas às escolas, parecendo-lhe, ainda assim, redutor concentrar o trabalho no contexto escolar e lembrando que o Município tem uma Divisão de Educação que tem mecanismos e pontes de contacto com a comunidade escolar.

Na visão da Divisão de Juventude, não é significativa nem impactante a realização de iniciativas *pop-up* em contexto escolar. Não obstante, incentiva até que os/as conselheiros/as coloquem em prática o seu desejo de ida às escolas.

Avançando para a Proposta Oito<sup>18</sup>, intitulada “Orçamento Participativo Jovem”, o conselheiro João Brás refere que é a Proposta de que mais se orgulha e que se inspirou muito em casos de sucesso apontados pela Dypall Network e pelo Conselho da Europa. O conselheiro faz menção de um dos elementos que falhou face à potencial atribuição das cinco estrelas (a avaliação máxima) aquando da adesão à Rede de Municípios Amigos da Juventude - a inexistência de “Mecanismos/Ferramentas de co-gestão” que, no entender de João Brás, poderá ser colmatada com recurso a um Orçamento Participativo Jovem.

O Vereador Pedro Pina indica que, sendo uma sugestão válida, é completamente avesso a esta opinião, considerando que o Município tem muito caminho a trilhar,

---

<sup>16</sup> “Sobre os temas e conclusões do Fórum Municipal de Juventude, Vasco Caleira reforçou que, o que figura no documento previamente distribuído ao Conselho, são as conclusões dos jovens que participaram no Fórum, reconhecendo que, evidentemente, vindo outro grupo, poderiam estar a discutir-se outras temáticas/conclusões - estando estas sempre sob a égide de quem as traz - quem participa.” (Página Vinte da Ata de três de outubro de dois mil e vinte e quatro)

<sup>17</sup> Anexo Oito

<sup>18</sup> Anexo Nove; tomei a liberdade de lhe acrescentar o anexo submetido - “Regulamento OPJ - Orçamento Participativo Jovem”, tornando a Proposta Oito num só documento

acrescentando que, a seu ver, os níveis de participação dos jovens não estão diretamente relacionados com a existência de um Orçamento Participativo - atribui um exemplo prático:

- No âmbito do Programa ABCidadania Democrática, um grupo de jovens propôs-se a fazer uma recolha de alimentos num concerto de artistas do circuito comercial, levando à sugestão o nome do conjunto Wet Bed Gang, ao que o Vereador Pedro Pina anunciou que o conjunto tinha uma atuação agendada em Setúbal, na Herdade da Mourisca, no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e quatro. Atendendo ao entusiasmo e interesse do grupo, sugeriu que nesse mesmo evento se procedesse à implementação da ideia apresentada. No dia o resultado ficou bastante aquém do esperado, estando a professora que acompanhou o grupo e as técnicas de juventude afetas ao Programa mais envolvidas e empenhadas no sucesso da recolha solidária.

O exemplo apresentado serve de referência-chave a movimentos cívicos e associativos com altos défices de participação entre os jovens que considera difícil e insustentável ver resolvidos através da existência de um Orçamento Participativo, correndo o risco até de se restringir a participação a um núcleo já capacitado para o efeito o que poderá ser contraproducente no desejo de um envolvimento plural e informado. Em suma e compreendendo a base da Proposta, Pedro Pina aponta que um Orçamento Participativo, por si, não se afigura como o caminho mais eficaz no envolvimento real da(s) Juventude(s) na vida da Cidade.

Francisco Cabral defende que o Orçamento Participativo poderá ser um instrumento de participação direta, dependendo de como se opere e, havendo uma noção prévia das dificuldades orçamentais, lança a ideia de poder orquestrar-se um cabimento de pequenas verbas e apoio logístico para projetos de cariz informal e micro ações que partam de jovens setubalenses com vontade de ver dinâmicas suas instauradas pela Cidade de Setúbal.

Pedro Pina compreende que a modelagem da Proposta seja apelativa no domínio da atribuição de apoios financeiros mas deixa o alerta acerca das dificuldades que traz a Lei no sentido de não ser possível apoiar diretamente Grupos Informais ou jovens a título individual com verbas do Município, o que teria de se traduzir num processo mais complexo de indexação de entidades ou de apoio mera e exclusivamente logístico...

O conselheiro Francisco Cabral deixa a sugestão da criação de um mecanismo prático de participação cidadã, já que há a vontade política de apoiá-la e muni-la de ferramentas importantes para a implementação das suas ideias. Pedro Pina responde que já existe tal mecanismo, olhando ao contexto da Assembleia Municipal e às pontes comunicacionais que poderão ser feitas com a Divisão de Juventude (no caso da participação jovem e de projetos implementados conjuntamente com a DiJuv). O Vereador indica também que não é uma discussão estanque nem fechada, sendo interessante e profícuo aprofundar-se os diversos pontos de vista sobre a matéria da participação e sua promoção.

João Brás alega que os jovens não conhecem nem têm noção dos mecanismos já existentes providenciados pelo Município, opinando que, através de um nome e / ou de uma “marca”, poderá estar a promover-se a participação cívica dos jovens de forma mais eficaz.

O Presidente da Mesa pede a João Brás que comprove como uma “marca” altera o desconhecimento dos jovens e, sobretudo, a sua participação. João Brás exemplifica com os Municípios de Almada, Santa Maria da Feira, Cascais, indicando que são contextos onde se tem provado mais fácil comunicar, sensibilizar e capacitar jovens para mecanismos de participação ao seu dispor.

Na Proposta Nove<sup>19</sup>, intitulada “Hora Aberta”, João Brás indica que a vontade passa por qualquer jovem poder aceder ao Conselho Municipal de Juventude no Período Antes da Ordem do Dia. O conselheiro Flávio Lança, munido do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, indica que a Hora Aberta já está contemplada no mesmo. O conselheiro sugere que, caso se crie um Grupo de Trabalho que opere com o Regulamento e a Lei em paralelo, possa também perceber-se que práticas estão ou não a ser implementadas nas Sessões e retificar as mesmas.

Pedro Pina mostra-se de acordo e acrescenta até que deverá haver autonomia no funcionamento dos Grupos de Trabalho, sem a necessidade da presença do Presidente da Mesa e promovendo a capacidade de agendar reuniões internas dos referidos Grupos. Deixa também abertura a que sejam os próprios conselheiros a solicitar o agendamento das Sessões, sem estarem dependentes da sua agenda ou do desbloqueio por parte da Divisão de Juventude do Município.

A Proposta Dez<sup>20</sup> “Campanha de Auscultação” coincide objetivamente com a Campanha “SOMOS HOJE!”, o conselheiro João Brás reconhece-o, parabeniza a iniciativa e indica que está expectante com o mencionado projeto. O conselheiro acrescenta que poderá ser profícuo o projeto contemplar também uma dimensão de auscultação, para lá da divulgação.

Vasco Caleira comenta que um dos objetivos da Campanha passa por ouvir os jovens com quem contacta e, de seguida, a expô-lo ao Plenário:

- Está em curso a fase de pré-produção da Campanha "SOMOS HOJE!", orientada em rede através do MAJ (e grupos informais) no intuito de trabalhar formas de auscultação dentro e fora da Comunidade Escolar. Uma colaboração que capacita e une o MAJ que executa no seu dia-a-dia um importante trabalho de proximidade com as juventudes.

---

<sup>19</sup> Anexo Dez

<sup>20</sup> Anexo Onze

Importa referir que, a par do “SOMOS HOJE!”, estará também no terreno a Estratégia Municipal de Juventude que vai ajudar a ampliar os espaços de contacto com os jovens porque é implementada de uma forma colaborativa. Em dois mil e vinte e cinco a Divisão de Juventude terá várias frentes de trabalho relacionadas com a participação juvenil no quadro do seu Plano de Atividades.

A Proposta Onze<sup>21</sup>, intitula-se “O Programa Formação” e tem por base o escrutínio do Programa FCE (Formação, Capacitação e Emprego) levado a contexto escolar, sugerindo, inclusive, a hipótese de os conselheiros assistirem às ações formativas decorrentes do Programa.

Vasco Caleira esclarece que o “Formação, Capacitação e Emprego nas Escolas” é complementar à ação dos professores, os elementos formativos em contexto escolar têm um cabimento no programa pedagógico - o que não é sinónimo de se vedar a participação aos estudantes, pelo contrário, a Divisão de Juventude está munida de espaços equipados que estão disponíveis ao acolhimento de ações que provenham de desafios e trabalho em parceria dos jovens (sejam ou não estudantes, estejam ou não formalmente organizados), com implementação livre nas temáticas de interesse, produção e acompanhamento direto dos recursos disponíveis (consoante agenda e reuniões prévias para acerto de detalhes e materiais a requisitar para o efeito).

Quanto à assistência dos conselheiros, Vasco Caleira considera que poderá ser tomado por “controlo excessivo” já que há transparência e vontade na transmissão de todos os dados e informações a respeito do Programa. Ademais, pode ser desconfortável para os estudantes ter alguém externo ao seu “ambiente” em sala de aula com intuito exclusivo de escrutínio de conteúdos. O Chefe da Divisão de Juventude acrescenta que, caso seja vontade dos conselheiros, poderá convocar alguns professores que requisitam o Programa a alguma Sessão do CMJ, em prol de prestarem esclarecimentos ou testemunhos adicionais aos que são correntemente prestados.

João Brás mostra-se de acordo com os pontos apresentados pelo Chefe da Divisão de Juventude e segue para a Proposta Doze<sup>22</sup>, “Aderir a Entidades”. A Proposta tem por mote a adesão do Município de Setúbal à Rede de Municípios Amigos da Juventude, indagando se haverá mais entidades a que faça sentido aderir, providenciando o exemplo da Dypall Network como potencial Rede de interesse. O Presidente da Mesa lança o desafio ao Plenário de se reunir, em lista, potenciais adesões que achem pertinentes com um pequeno argumentário para análises conjunta e interna, congratulando o conselheiro João Brás pela sua dedicação e esforço na pluralidade de ideias apresentadas.

---

<sup>21</sup> Anexo Doze

<sup>22</sup> Anexo Treze

A Proposta Treze<sup>23</sup> intitula-se “Recomendação IPDJ e Site”, começando João Brás por admitir que a discussão desta proposta seria bem mais profícua caso estivesse presente no Plenário a pessoa representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, o conselheiro reconhece que o *website* do IPDJ pode tornar-se um labirinto burocrático, confuso e pouco intuitivo no que concerne a inscrição de jovens em atividades de interesse, bolsas, projetos de voluntariado... As avaliações de final de atividade do Conscientemente demonstraram que em quase tudo houve nota Excelente, tudo menos na qualidade do *website* do IPDJ, fator que preocupou o conselheiro, indicando que poderia haver uma proposta de melhoria deste sistema por parte da Divisão de Juventude do Município de Setúbal. Vasco Caleira destaca que a DiJuv já fez várias propostas ao IPDJ sobre a plataforma e o seu funcionamento, algumas delas com efeitos práticos, a saber:

- Alargamento de faixa etária dos destinatários (podendo ser dirigido a jovens a partir dos catorze anos)

- Inclusão de jovens refugiados e imigrantes

Acrescenta ainda que todos os anos, tanto em relatórios quanto em contextos informais, é devolvida a pouca agilidade e complexidade da plataforma, não obstante, a DiJuv disponibiliza-se sempre a apoiar os jovens nesse preenchimento, seja por chamada, *email*, presencial ou outra das vias já referidas.

O Vereador Pedro Pina reforça que o IPDJ está neste momento sem conselheiro / a apontado / a e também sem Diretor / a Regional de Lisboa e Vale do Tejo, desde a saída de Eduarda Marques que o cargo ficou por ocupar. Sublinha ainda que é difícil estabelecer pontes de relação se uma das entidades que representa a Juventude a nível nacional esteve presente somente na primeira Sessão do Conselho Municipal de Juventude.

O conselheiro Flávio Lança interroga se haverá algo que o Conselho Municipal de Juventude possa fazer para desbloquear o contacto com o Instituto Português do Desporto e Juventude e solicitar a sua presença na próxima Sessão.

Pedro Pina informa que foram feitos vários contactos, de modo informal, tentando apurar se haveria novo Diretor Regional nomeado e mesmo quem seria novo membro representante no Conselho Municipal de Juventude - sem sucesso. Ademais, o Vereador compromete-se com o envio de um *email* apelando à Tomada de Posse de um representante do IPDJ no Conselho Municipal de Juventude.

A última Proposta da Youth4Change, a Proposta Catorze<sup>24</sup>, intitula-se “Identificar a Necessidade de Apoio” - insere-se na pretensão de identificar iniciativas em curso em

---

<sup>23</sup> Anexo Catorze

<sup>24</sup> Anexo Quinze

contexto escolar e eventuais necessidades de apoio. Exemplificando através dos Clubes Ubuntu - grupos destinados à integração de alunos por alunos, à educação não-formal e à participação ativa; grupos que atravessam dificuldades financeiras na implementação das suas ações e eventos.

Vasco Caleira responde que a Divisão de Juventude tem recebido o mesmo *feedback* a propósito dos Clubes Ubuntu, por parte da coordenação dos mesmos. Havendo essa possibilidade, a Divisão de Educação poderá fornecer resposta (por se tratarem de projetos formalizados em contexto escolar, com objetivos de continuidade) e poderá ter capacidade de apoio. Vasco Caleira informa que passou o contacto da Chefe da Divisão de Educação à coordenação de alguns Clubes Ubuntu, tentando facilitar a ocorrência de uma reunião preliminar. João Brás agradece o esclarecimento.

#### 4. Outros Assuntos

Fechado o Ponto Três da Ordem de Trabalhos (Apresentação das propostas dos/as Conselheiros/as para o Plano de Atividades da Divisão de Juventude 2025), Francisco Cabral inquire a respeito dos próximos passos e formalização das Propostas debatidas. Pedro Pina devolve que poderá haver nova discussão sob o tema da Apresentação do Plano de Atividades da Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Setúbal para o ano de dois mil e vinte e cinco.

Francisco Cabral questiona se fará sentido endereçar aos conselheiros, a título formal, respostas estruturadas e sistematizadas às Propostas apresentadas. O Presidente da Mesa responde que haverá mais capital para acrescentar a um Plano de Atividades, pensando e discutindo a construção de estratégias e mecanismos para a participação jovem (que foi o foco maior da presente Sessão).

Francisco Cabral, acerca dos desafios colocados pela Mesa sobre locais onde reunir, criação de Grupos de Trabalho e outros, pergunta se deverá seguir-se o mesmo procedimento designado para o envio de Propostas e Recomendações (via correio eletrónico). Pedro Pina replica de modo afirmativo.

O conselheiro Francisco Cabral pede que seja indicado um intervalo de datas para a próxima reunião. Pedro Pina aponta para a primeira quinzena de dezembro. Sob o ideário da descentralização e com o contexto escolar em mente, Francisco Cabral propõe que a próxima Sessão do Conselho Municipal de Juventude tenha lugar na Escola Secundária Sebastião da Gama (sita na Rua da Escola Técnica, 2900 - 354 Setúbal) e que se possa fazer uma visita antes de principiar o Plenário. O Presidente da Mesa está de acordo e agradece a sugestão, garantindo que tentará agilizar, através de uma abordagem ao Executivo, a não ser que o local tenha algum impedimento ou incompatibilidade de agenda.

Francisco Cabral pede novidades a respeito da Recomendação apresentada na Sessão anterior. Pedro Pina informa que a Vereadora Carla Guerreiro<sup>25</sup> lhe transmitiu que o Regulamento de Estágios está neste momento a ser revisto pelo Departamento de Recursos Humanos. O conselheiro Francisco Cabral inquire sobre o paradeiro do Antigo Regulamento de Estágios. Pedro Pina irá verificar junto da Vereadora.

O Presidente da Mesa agradece e despede-se desejando boa noite a todos os membros do Conselho.

---

<sup>25</sup> Vereadora dos Pelouros de Recursos Humanos, Ambiente e Serviços Urbanos e Educação e Bibliotecas